



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL DE DIADEMA - IPRED

Aos Seis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, às nove horas, teve início a Reunião ordinária do Conselho Deliberativo, de forma presencial.

Membros do Conselho Deliberativo:

ELEITOS:

I – Representantes dos segurados ativos:

Titulares: Rosana Bandeira Nalegaca, Ana Claudia Gonzales de Araújo, Fábio Gomes Peixoto, Maria Aparecida Alves Campos. Suplentes: Amarildo Pereira Amorim, Delvane Maria dos Reis Rosa, Michelly Vasconcelos Neves.

II - Representantes dos segurados Inativos: Titular: Ulisses Woczinski.

Suplente: Deusa Maria Rosa.

INDICADOS:

III - Representantes do Poder Executivo: Membros titulares: José Pereira Barros, Robson de Carvalho, Elaine Cordeiro da Silva Rigueira, Fábio Rodrigues, Reinaldo Leiva. Membros suplentes: Elisete da Rocha dos Santos, Vanessa Aparecida Gomes Oliveira, Rosa Viviane Moura de Macedo, André Luiz Silva Ramos, Bruno de Souza Seto.

IV – Representantes do Poder Legislativo: Titular: Lucas Nogueira de Araújo Sousa. Suplente: Jorge Luiz Ferreira de Lima.

V – Representantes do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema: Titular: Silvana Ferreira Caetano. Suplente: Adriana Alves Luna.

Presentes:

Ana Claudia Gonzales de Araújo, Fábio Gomes Peixoto, Maria Aparecida Alves Campos, José Pereira Barros, Silvana Ferreira Caetano, Robson de Carvalho, Lucas Nogueira de Araújo Sousa, Bruno de Souza Seto, Elaine Cordeiro da Silva Rigueira, Adriana Alves Luna.

Estavam presentes representando o instituto, como servidores do mesmo, os Srs. João Lopes Alves de Almeida, Diretor Financeiro, e o Sr. Rubens Xavier Martins, Superintendente, e Sra. Ana Lúcia Abreu, Controle Interno do Instituto.

PAUTA:

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 5º BIMESTRE/2023

Sra. Ana Lúcia Abreu, da Ouvidoria, relatou que não houve reclamações sobre processos de aposentadoria, somente referente ao convênio médico sobre o desconto realizado nas aposentadorias.

Sr. João de Almeida inicia apresentando a Prestação de Contas do 5º bimestre de 2023

**Apresentação da Prestação de contas do 5º bimestre de 2023;**

Sr. João de Almeida dá início à prestação de contas apresentando o quadro de evolução comparativa de 2022 com 5º bimestre 2023. Comparando o fechamento de 2022 com o 5º Bimestre de 2023 há o aumento de aproximadamente 192 ativos, aumento de 193 benefícios de aposentadoria e 22 benefícios de pensões. Em relação às receitas correntes, os números apresentados sobre o previsto e realizados no 5º Bimestre foram: Receitas de Contribuições – Previsto R\$ 44.585.730,77 e Realizado R\$ 49.695.500,96, outras receitas correntes, como COMPREV - Previsto R\$ 1.791.666,67 e Realizado R\$ 10.480.573,24 e Outras Restituições – Previsto R\$ 40.833,33, Realizado R\$ 48.499,59 e Receita Patrimonial – Previsto R\$ 16.833.333,33, Realizado R\$ 17.776.726,09, totalizando R\$ 78.001.299,88 no realizado das Receitas Correntes. Em relação às Receitas Correntes – Intra-Orçamentárias, os números previstos e realizados referentes ao 5º Bimestre foram: sobre as contribuições da Prefeitura – Previsto R\$ 48.370.538,46 e Realizado R\$ 56.652.646,34, Câmara – Previsto R\$ 1.230.615,38, Realizado R\$ 875.264,35, IPRED – Previsto R\$ 169.461,54, Realizado R\$ 182.095,81 Florestan – Previsto R\$ 112.692,31, Realizado R\$ 136.167,93, totalizando R\$ 57.859.070,16 no realizado das Contribuições Patronal para RPPS. Em relação aos acordos de parcelamento foram pagos um total de R\$ 18.036.815,80 acumulado até o 5º bimestre 2023. A receita referente ao aluguel da central de atendimento foi de R\$ 960.000,00, totalizando R\$ 76.855.885,96 em receitas correntes intra-orçamentárias. O valor total de receitas correntes e receitas correntes intra-orçamentárias foi de R\$ 154.857.185,84. Em relação à Prefeitura encontra-se pendente a parte suplementar de 05/18 a 01/21 totalizando R\$ 352.775.208,51 referente ao principal e atualizações, além de a parte patronal (parcial) e suplementar estarem pendentes em relação a competência 09/2023 em R\$ 5.248.112,43, mais encargos financeiros de aproximadamente R\$ 25.804,74. Vale destacar que todos os acordos de parcelamento se encontram em atraso e como mencionado na reunião, as providências relativas a essas pendências estão sendo tomadas através do envio de ofícios com as relativas cobranças. Em relação às despesas administrativas o valor previsto foi de R\$ 5.136.607,69 e o realizado foi de R\$ 3.815.457,82. Com relação as despesas previdenciárias, o total previsto foi de R\$ 187.492.948,72 e o realizado foi de R\$ 207.982.784,11 totalizando as despesas em R\$ 211.798.241,93. Apresentando um déficit contábil de R\$ -56.941.056,09. Em relação à carteira de investimentos do Instituto: A carteira previdenciária encerrou o 5º Bimestre com R\$ 122.833.888,39 a carteira administrativa finalizou com R\$ 3.399.419,44, totalizando R\$ 126.233.307,83 na carteira. A taxa de administração para o período de 2023 foi de R\$ 5.120.622,92 e foram utilizados R\$ 3.815.457,82 até o 5º bimestre, 74,51% dos recursos, ficando um saldo de R\$ 1.305.165,10.

Sr. Rubens Xavier informa que o Secretário de Finanças estará presente na reunião extraordinária do dia 13 de dezembro. Informa ainda que o Prefeito informou que a Prefeitura está numa situação delicada e precisa dar uma regularizada junto aos fornecedores, e que a intenção é pagar parcialmente os meses de outubro, novembro e dezembro a alíquota patronal, para reduzir o atraso junto aos fornecedores que estão



suspendendo o fornecimento. Além disso, garantiu que em janeiro repõe todos esses valores.

Sra. Silvana coloca que devemos cobrar do Secretário de Finanças o pagamento da Patronal, tendo em vista o repasse de recursos federais que vieram para a Saúde, em torno de R\$73 milhões e que desonera o tesouro municipal. Atualmente o PL está em torno de R\$114 milhões, e com a falta de pagamento, cairá para menos de R\$100 milhões.

Sra. Maria Aparecida Campos vê uma situação delicada e acredita que são escolhas, e que o IPRED não é uma escolha, pois o IPRED nunca é contemplado. O dinheiro que falta para cobrir a folha de pagamento precisa parar de sair das aplicações financeiras. Precisamos tomar aqui uma decisão que deve ser comunicada ao Sr. Funcia.

Sra. Adriana Luna coloca que devemos fazer uma notificação formal para o Prefeito.

Sra. Ana Cláudia coloca que agora mexeram onde não devia, a alíquota patronal. Tomará, enquanto Presidente do Conselho, as medidas cabíveis. Fizeram o Orçamento abaixo do previsto para 2023, na eleição já sabia que o IPRED tinha problemas, então não aceita desculpas, a fase das conversas acabou, e está descontente particularmente com o RH.

Sr. Fábio Peixoto relata que no Congresso dos Conselheiros, tiveram uma palestra do Presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, onde o tema central do Congresso foi a questão das Tecnologias, que permitem que sejam bem ativos na fiscaliza, mas que o Tribunal fiscaliza, apura e indica a rejeição das contas, e que a Câmara aprova. Relembra que vivemos isso agora em Diadema. A gestão passada fez o que fez e na Câmara foi aprovada. Politicamente a gestão faz o que ela quiser, e a Câmara aprova, isso diminui muito a margem de ação de um conselho como o nosso. Precisamos além de esperar que se resolva, nos proteger enquanto conselho. Não podemos esperar a semana que vem. Propõe que seja feito ainda hoje um ofício colocando toda essa contextualização dos atrasos, e desse limite do não pagamento da alíquota patronal e informando ao Prefeito de que precisamos de um plano para o IPRED, e que seja por escrito, e que na semana que vem traga um documento por escrito com essa proposta, inclusive com esse compromisso de pagar em janeiro/24. Caso não seja apresentado esse plano de ação, esse conselho irá oficiar aos órgãos de controle.

Sra. Ana Cláudia sugere que sejam oficiados à Prefeitura e aos Órgãos de Controle imediatamente.

Sra. Maria Aparecida Campos concorda que devemos fazer esse documento e protocolar ainda hoje. Não podemos mais esperar. E que o próximo passo é notificar os órgãos de controle.

Sr. Lucas coloca que em todas as reuniões com Funcia foi apresentado plano de ação, seja a taxa do lixo ou aumento da cobrança. Será que isso já não vale como algo oficial,



onde a Prefeitura estaria comprometida a cumprir. Por isso acha que devemos ir para outras instâncias.

Sra. Silvana concorda com a proposta do Sr. Fábio, de oficiar ao Prefeito, e que de fato foi apresentado plano de ação, conforme entendimento do Sr. Lucas, mas esse plano não se concretizou. Acredita que antes de oficiar o Ministério Público, devemos cobrar do Prefeito, inclusive dando esse prazo para resposta. Coloca que inicialmente revogaram a alíquota suplementar, que demorou dois anos para retornar, e que os parcelamentos pararam de ser pagos em dia desde 2022. Diz que esse conselho teve paciência pois a alíquota patronal estava sendo paga, e que o valor é significativo, 23,5% da folha da PMD, e que para 2024 será de 28,5%.

Ficou definido pelos Conselheiros que seria elaborado um ofício para o Sr. Prefeito nos termos propostos pelo Conselheiro Fábio Peixoto.

Sem, mas eu, Silvana Ferreira Caetano, declaro que redigi esta ata com término às 12 horas.

Diadema, 06 de dezembro de 2023.

Assinam a ata:

Ana Claudia Gonzales de Araújo

Fábio Gomes Peixoto

Maria Aparecida Alves Campos

José Pereira Barros

Silvana Ferreira Caetano

Robson de Carvalho

Lucas Nogueira de Araújo Sousa

Bruno de Souza Seto

Elaine Cordeiro da Silva Rigueira

Adriana Alves Luna